

# ***ASPECTOS DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL***

---

**NEYDJA MARIA DIAS DE MORAIS**

*Pós-graduada pela Escola Superior da Magistratura,  
Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPB  
e Assessora do Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária da Paraíba.*

*O Direito vive um clima de permanente revisão de conceitos e normas, a função principal das Faculdades deve ser a de preparar os juristas para um mundo em transformação, aparelhando-os à tarefa não somente de aplicar e interpretar o Direito, mas sobretudo de construí-lo" (Caio Tácito)*

## **1. INTRODUÇÃO**

*"Ensino, etimologicamente, traduz o relacionamento do mestre com o aluno, a fim de que o primeiro possa imprimir (insignare) conhecimentos na mente do segundo. Tal conceito se filia a uma concepção tradicional da pedagogia, e difere do conceito moderno de ensino-aprendizagem, em que se considera o ato de ensinar como parte de um binômio com o ato de aprender, com a ênfase recaindo no sujeito da educação. Conjunto de serviços oferecidos a uma população e organizados segundo prescrições legais, visando à consecução de objetivos educacionais" (in Dicionário Brasileiro de*

*Educação/Sérgio Guerra Duarte. - Rio de Janeiro: Edições Antaras: Nobel, 1986, pág. 63).*

No Brasil, o ensino superior é ministrado em universidades, federações de escolas e estabelecimentos isolados. Inspirado no princípio de indissociação do ensino e da pesquisa, tem por objetivos a elaboração e transmissão de conhecimento, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a preparação dos quadros de nível superior do País e a formação cultural. Apresenta-se em dois níveis: de graduação e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado).

Assim sendo, o ensino superior como um dos meios de aprendizagem sistemática, elevação cultural e até mesmo de propulsão econômica, requer métodos para um melhor aproveitamento.

O quadro nosológico da universidade brasileira exige maiores esforços impingidos tanto pelos docentes quanto pelos discentes.

O restrito acesso à informação diante de bibliotecas, a maioria das vezes, desatualizadas em face da dinâmica do Direito, principalmente em Universidades afastadas dos grandes centros, refletem a necessidade de organização a fim de serem alcançados maiores e proveitosos resultados de âmbito científico.

A despreparação teórica relativa à metodologia do ensino jurídico não se admite diante das exigências atuais da sociedade. A cada dia aumenta a necessidade de informação, mas não informação armazenada desorganizadamente, ou simples acumulação ou transmissão de dados, mas sim uma informação dirigida.

## **2. O ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO**

Em agosto de 1977, ao se comemorar século e meio de estudos jurídicos no Brasil, um documento redigido pelo jurista Goffredo Telles Júnior se transformaria em mais um marco do Direito brasileiro. A "Carta aos Brasileiros" e sua frase final - "A consciência jurídica do Brasil quer uma coisa só: o Estado de

Direito, já" - resgatariam o papel histórico de uma categoria profissional que tradicionalmente assumiu funções e cargos de liderança na formação e aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras.

Essa foi apenas uma manifestação política da classe jurídica. Documentos desse teor fazem parte da história brasileira, desde que as faculdades de Direito aqui instaladas a partir de 1828 - as duas primeiras seriam a de Olinda (PE) e a de São Paulo, que funcionou na sacristia do convento dos frades franciscanos - começaram a fornecer quadros, vindos da elite intelectual da época, que participariam do poder.

Desde a colônia - quando os brasileiros iam estudar na Escola de Direito de Coimbra, em Portugal - até o advento da República, em 1889, os "bacharéis", como eram chamados, influenciaram, direta ou indiretamente, as tomadas de decisões políticas.

Com a República, ocorreu a sistematização do Direito e as suas várias modalidades constituíram-se como Ciências Jurídicas autônomas. Os Códigos e a Constituição foram reelaborados e os cursos de Direito passaram a ter extraordinária importância na formação das elites. Além de formar advogados, funcionaram como verdadeiras faculdades de filosofia, ciências e letras, permitindo debates e irradiando novas idéias.

Outras Faculdades de Direito foram surgindo em todo o país. No início, os estudantes eram admitidos mediante apresentação de certidão de idade (mínimo de quinze anos completos) e aprovação em exames de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Geometria. Depois de cinco anos de curso, recebiam o grau de "bacharéis formados". Daí em diante, o processo de desenvolvimento social brasileiro acelerou-se, de modo especial nas três últimas décadas, mas nem todos os setores do Direito têm acompanhado essas transformações, com sérias consequências sobre o próprio ensino.

Definido pelo professor Goffredo Telles Júnior como "uma disciplina da convivência, expressão da vida humana", o Direito é um conjunto de permissões conferidas pela coletividade e expressas em normas. Estas permissões são consagradas pela

Constituição e refletem o estágio de desenvolvimento político, social e cultural de uma sociedade. Por isso mesmo, os juristas têm insistentemente lembrado a íntima relação entre o Direito e a realidade social.

### **3. CRISE NA FORMAÇÃO DO JURISTA E NA CIÊNCIA DO DIREITO**

Falando-se sobre o ensino jurídico no Brasil, não há como olvidar aspectos de crise constatados na formação do jurista e na Ciência do Direito. João Baptista Herkenhoff, in "Para onde vai o Direito", arrola como motivos:

*"a) problemas pertinentes ao conjunto da sociedade brasileira e ao conjunto dos problemas da educação no país;*

*b) questões ligadas ao conjunto da educação universitária; e*

*c) aspectos específicos ligados ao ensino do Direito."*

É certo que se constata na sociedade brasileira como um todo, graves problemas econômicos, geopolíticos, que interferem negativamente na vida da população.

Sobreleva o problema da Educação. A desatenção com que é tratada pelos governos brasileiros não se justifica. Já se sabe pela História que um País para alcançar o desenvolvimento de sua sociedade, deve ter como prioridade a Educação. Infelizmente, no Brasil não é isso que se vê, ao contrário, observa-se o desrespeito às condições de ensino. Cria-se um círculo vicioso. Sem formação educacional, nunca teremos bons profissionais, inclusive para ocupar a condição de professor.

Ademais, conforme observa João Baptista Herkenhoff, a própria estrutura universitária dificulta a formação do jurista. O citado autor traz como fatores:

*"a) não existe qualquer orientação vocacional nas universidades. Os jovens escolhem o curso a fazer por*

*sua própria conta, num momento da vida em que seria essencial: de um lado, ouvir as dúvidas e angústias dos jovens; de outro lado, fornecer-lhes pistas para uma decisão;*

- b) a unificação dos Exames Vestibulares obriga que todos os candidatos estudem as mesmas disciplinas, algumas sem qualquer pertinência com o curso a ser seguido, em prejuízo de uma preparação prévia que seria da maior utilidade, se já dirigida ao futuro acadêmico do postulante;*
- c) o Ciclo Básico não cumpre convenientemente seu papel de elo entre a escola de segundo grau e a formação universitária específica; e*
- d) o ético não ilumina o conjunto do processo educativo. O jovem encontra-se, freqüentemente, perdido entre valores e desvalores, sem orientação para ajudá-lo a escolher caminhos, a estabelecer hierarquias e coerências que lhe permitam encontrar seu lugar e seu papel no mundo"*

Como motivos determinantes que favorecem diretamente a crise no ensino jurídico, João Baptista Herkenhoff enumera:

- a) uma linha de tradição positivista, fortemente enraizada no pensamento brasileiro, desencoraja o espírito crítico e forma, com deficiência, uma mentalidade de jurista que vê o Direito como simples instrumento técnico a serviço da conservação das estruturas sociais;*
- b) O "sistema de créditos" funciona sem sincronia, isto é, não existe uma coordenação horizontal, nem uma coordenação vertical nos currículos. A formação intelectual não obedece ao processo lógico: do mais simples para o mais complexo, do geral para o particular, do conhecido para o desconhecido; e*

- c) *não há uma abertura do Direito às outras Ciências Humanas e o pensar o Direito não é enriquecido por uma perspectiva multidisciplinar.*"

#### **4. A QUESTÃO DA VERDADE JURÍDICA**

Exsurge ainda o problema da verdade. Em sala de aula, os professores de Direito têm adotado uma postura de mensageiros da verdade sobre as normas e instituições jurídicas de suas respectivas áreas de ensino. Por este prisma, as aulas transformam-se numa simples transmissão de conhecimentos pelo "que sabe" aos "que não sabem", reduzindo todo o ensino a uma concepção em que o professor limita-se a depositar informações na mente dos alunos sem qualquer organização ou método, quando deveriam estar fomentando o surgimento de pensadores, pesquisadores, cientistas, ou seja, através de métodos capazes de estimular o desenvolvimento da capacidade criadora do aluno.

É certo que a inexistência de verdade jurídica decorre, de certo modo, da imprecisão terminológica de uma ciência que vive da interpretação. Segundo Recaséns Siches, uma regra de direito não é nem pode ser nunca verdadeira ou falsa. Conclui-se que não é possível falar em verdade jurídica. Uma regra de direito poderá ser qualificada de mais ou menos justa, como mais ou menos adequada, do ponto de vista prático.

Do ponto de vista legal, é impossível falar-se em verdade jurídica face a produção de ordenamentos legais e regulamentares, daí porque o jurista espanhol Joaquim Costa já sustentava que somente uma insignificante minoria dos homens conhece uma pequena parte das leis vigentes em um momento dado, sendo impossível que as conheça em sua totalidade.

Vale lembrar que a enxurrada de leis antigas e atuais torna cada vez mais difícil a tarefa de identificar, localizar e distinguir, especialmente as revogadas das vigentes.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu livro *Do Processo Legislativo*, afirmou "quanto mais numerosas são as leis, tanto

maior número de outras exigem para completá-las, explicá-las, remendá-las... Feitas às pressas para atender a exigência de momento, trazem estas leis o estigma da leviandade."

Este turbilhão de leis que nos avassala já, de si mesmo, constitui um fator poderoso de intranquilidade e é, na concepção de Ripert, uma das causas profundas da crise do direito, porque *"deja a los sujetos de derecho en la incertidumbre, les impede contar con el porvenir, les obliga a modificar incesantemente su conducta y les hace dudar del valor de las leyes"*.

Sob uma perspectiva doutrinária, não é difícil concluir-se, também, pela inexistência de verdade jurídica, pois, em razão da multiplicidade de livros, artigos e obras jurídicas publicadas não se sabe com quem está a verdade.

De uma óptica jurisprudencial, é facilmente constatável a impossibilidade de verdade jurídica e aí estão as inúmeras decisões e acórdãos divergentes para comprovar a assertiva. Como o julgador busca a verdade de cada caso de conformidade com a prova dos autos, diz-se comumente que todo direito por mais líquido e certo que seja, quando pleiteado judicialmente corre o risco de obter resultados diferentes. Reale, nas Lições Preliminares de Direito traz exemplo significativo: *"Certa vez, tivemos a oportunidade de assistir ao julgamento de um caso perante uma das Câmaras Cíveis de nosso Tribunal, acompanhando um cliente que tinha exatamente duas questões com os mesmos dados, embora sem a mesma identidade de partes. O julgamento se processara no interregno de sete ou oito dias e uma tese jurídica foi consagrada numa Câmara, enquanto que a oposta lograva triunfar em outra. Bem podem imaginar a revolta e, ao mesmo tempo, a perplexidade desse cliente ao verificar que, diante da mesma situação de fato, de provas de igual alcance e de textos legais absolutamente idênticos, havia sido possível atingir consequências opostas"*.

## 5. INFLUÊNCIA DA NOVA INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO

São claras as mudanças na indústria do conhecimento e a revolução nas técnicas de manipular a informação, bem como na enorme transformação das formas de transmitir e apresentar informações.

Nessa linha, o ensino superior não poderá ficar à margem da História. Há os computadores, os vídeos, as redes locais (LAN), o fax, os múltiplos prismas da Internet e do Web, o CD-rom que guarda uma enciclopédia inteira, as teleconferências, os canais de TV educativa por satélite. Ou as universidades aprendem a usar estas coisas ou quem usá-las vai passar a perna nelas e ocupar mais ainda o seu espaço.

Estamos diante de uma situação em que se confrontam os desafios de mudar para ser capaz de explorar os potenciais dessas novas tecnologias.

Ainda mais quanto ao ensino de massa. As últimas décadas presenciaram um forte avanço na psicologia cognitiva e na arrumação de novos modelos de ensino-aprendizagem. Estão sendo progressivamente introduzidos a televisão, o *videotape*, os cursos por correspondência, todos encurtando as distâncias ao conhecimento. Por fim, a Internet com o WWW há um salto bem maior, com o crescimento explosivo de pessoas ligadas em rede e a imensidão de informação à disposição.

Trago como exemplo a troca de pesquisas, via Internet, realizadas por Universidades. É o Grupo Montevideu, uma associação de 12 (doze) universidades (cinco da Argentina, cinco do Brasil, uma do Paraguai e uma do Uruguai) que usa a INTERNET para ampliar suas fontes de pesquisa e acelerar a integração universitária no Mercosul através do endereço - f.gelabert@grmont.edu.uy. Esse é apenas um exemplo da imensa utilidade que essa troca de informações à distância pode oferecer.



## 6. CONCLUSÃO

Apesar das críticas, o curso de Direito ainda lidera, no Brasil, como um dos mais procurados e o que oferece mais amplo leque de oportunidades de emprego para os recém-formados. Os concursos para ingresso nas diversas carreiras jurídicas ocorrem em todas as capitais, oferecendo salários relativamente bons, conferindo ao habilitado oportunidade de afirmar-se sem necessidade dos tradicionais padrinhos.

Nessa perspectiva, cresce a relevância do curso e a preocupação com o ensino jurídico nas universidades, pois, ali, estão sendo preparados os futuros dirigentes dos poderes da República, os líderes da comunidade. O juiz, o promotor, o advogado e o político saem desses cursos para dirigirem a sociedade.

Assim sendo, resvala a responsabilidade do profissional que transmite o conhecimento jurídico - o mestre. A este cabe a palavra final da discussão. A busca do aprimoramento, a utilização de técnicas modernas ao ensino, a preparação rigorosa das aulas, o acompanhamento dos alunos e a luta para Ter condições de obter estas realizações. A guerra é de grandes proporções, mas cada batalha precisa ser vencida.

## BIBLIOGRAFIA

- CARNELUTTI, FRANCISCO - "La Muerte del Derecho" in La Crise del Derecho, Buenos Aires: EJE, pág. 345.
- DUARTE, SÉRGIO GUERRA. Dicionário Brasileiro de Educação. Edições Antaras, Rio de Janeiro: Nobel, 1986.
- HERKENHOFF, JOÃO BAPTISTA. "Para onde vai o Direito?"
- MELO FILHO, ALVARO. "Metodologia do ensino jurídico". 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- RADBRUCH, GUSTAV. "El Hombre en El Derecho". Buenos Aires :Depalma, 1980.

REALE, MIGUEL. "Lições Preliminares de Direito". São Paulo: Saraiva, 1976.

RIPERT, GEORGES "Evolución y Progreso del Derecho" in La Crise del Derecho, Buenos Aires: EJE, pag. 28.

SICHES, RECASÉNS - Tratado gernal de Filosofia del Derecho, 2ª ed. México, 1961, págs. 53/155.

TELLES JÚNIOR, GOFFREDO. "Filosofia do Direito", 1º Tomo, São Paulo: Max Limonad.